

O espaço político segundo Marx

ADRIANO CODATO*

Como Marx pensou a política? Este ensaio não pretende indagar sobre o estatuto do político em geral (do “nível político”) na obra de Marx ou sobre a definição de “Estado capitalista” na teoria social marxista. Praticamente toda a literatura neomarxista já estabeleceu, entre os anos 1960 e 1990, um conjunto de interpretações excessivamente centradas na questão do Estado, do seu poder e de suas funções sistêmicas. Daí que o objetivo deste artigo seja um tanto diferente. Gostaria de sugerir uma interpretação a respeito do modo pelo qual a política prática é percebida na obra de maturidade de Marx.

No seu mais famoso livro a esse respeito, *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, Marx oferece, a partir do diagnóstico dos acontecimentos da II República na França, uma série de informações, sugestões, avaliações, imagens, exemplos etc. que funcionam como *indicações* para se pensar as práticas políticas de classe de um ponto de vista materialista. O próprio gênero de análise que consta nesse trabalho – e nos demais textos políticos dos anos 1950 publicados no *New York Daily Tribune* (1852-1861) – é característico de uma disposição intelectual bem diferente da crítica filosófica e abstrata à religião, à alienação, à exploração etc. dos escritos anteriores a 1848. Há a partir daqui, ou mais exatamente a partir da série de artigos sobre a revolução alemã editados na *Neue Rheinische Zeitung* (1848-1849), a pretensão em compreender e comentar os fatos políticos corriqueiros, ordinários: isto é, a política propriamente dita. Para tanto, foi preciso designar, delimitar e entender seu lugar de ocorrência: o *espaço político*. Então, como explicá-lo?

* Professor na Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: adriano@ufpr.br.

Minha suposição é que, para Marx, o espaço político não é um campo de lutas por posições estratégicas nesse microcosmo social, como na expressão de Pierre Bourdieu: um “campo político” (Bourdieu, 2000, p.49-80), ou uma “esfera pública”, imaginada como o lugar do debate livre e esclarecido dos interesses e valores da opinião pública, à moda de Habermas (1989) – ainda que, secundariamente, apareça em *O 18 brumário* uma concepção bem próxima a essa (cf. *18 br.*, p.481). O espaço político não é, tampouco, um conjunto de instituições políticas funcionalmente integradas, um “sistema político”, como em Easton (1965) ou em Almond e Powell Jr. (1966). Também não é o “lugar privilegiado, nas formações capitalistas, da ação aberta das forças sociais através da sua representação partidária” ou, em outros termos, uma “cena política” cujo propósito é justamente ocultar, por meio do sistema de partidos e organizações, os interesses políticos das classes dominantes (cf. Poulantzas, 1971, v. II, p.72). Em vez disso, penso que o espaço político deve ser concebido, pelo marxismo clássico, como uma “forma”. O exame dos escritos históricos sobre a política institucional permitiria afirmar que a cena política (ou o “mundo político”, o “teatro político”, a “cena oficial”, os nomes com que Marx designa essa esfera das práticas sociais)¹ funciona, no espaço político-social, tal como a forma-mercadoria funciona no espaço econômico-social. Poder-se-ia falar, então, numa *forma-política*.

Conforme esse raciocínio, a forma-política teria as mesmas propriedades da forma-mercadoria: ela seria uma “ilusão real”. Essa alucinação, apesar disso, não é uma miragem subjetiva passível de ser corrigida, seja pela crítica filosófica do entendimento comum, seja pela análise social dos fundamentos sociais das forças parlamentares; mas o modo mesmo de funcionamento da realidade (Rouanet, 1985, p.89). Isso produziria uma sorte de *fetichismo político* análogo ao fetichismo da mercadoria. É exatamente por isso que não seria razoável compreender e expressar o mundo político a partir de uma visão objetivista. Ele não é mera exterioridade, ou uma aparência redutível e explicável por sua essência. A sua aparência, ou melhor, o modo de apresentação do mundo político é, antes de tudo, *funcional* para sua existência e condição de sua permanência – e, de resto, para a permanência do modo capitalista de dominação social.

O ensaio está arranjado em quatro partes. Na primeira, argumento que a atitude de Marx diante dos acontecimentos políticos, sua visão crítica e desencantada desse mundo pode ser descoberta, em parte, tendo em mente para quem, ou melhor, *contra quem* ele escreve. Essa é uma dimensão importante para se apreender o tom do texto marxiano, mas não necessariamente as categorias de entendimento desse espaço social ou seus princípios explicativos. É essa dicção

1 Ver *18 Br.*, p.462, 447, 483; *LCF*, p.277 e de novo p.337, respectivamente. Para os textos de Marx adotei esta notação abreviada. Eles se referem às seguintes edições: Marx, Karl. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte* e *Les luttes de classes en France. 1848 à 1850*, contidas em suas *Oeuvres* (v. IV, tomo I: *Politique*. Trad. Maximilien Rubel. Paris: Gallimard, 1994). A referência à coletânea de artigos intitulada por Rubel *Lord Palmerston*, referida mais adiante, também pertence a essa edição.

polêmica que é responsável pela disposição desmistificadora do autor, mas não seria correto subsumir a *estratégia analítica* de Marx a ela. Na segunda seção, mostro como é perfeitamente adequada (no sentido de “de acordo com a letra do texto”) a visão segundo a qual o espaço político pode ser assimilado, em Marx, à imagem da cena teatral – daí a justeza, em princípio, da locução “cena política”, e porque essa é uma segunda fonte de imprecisões a respeito do método de elucidação marxista da política cotidiana. Na seção seguinte, faço a crítica das visões baseadas na metáfora da “cena política” e das implicações daí derivadas, ressaltando – também segundo a letra da escritura marxista – a verdade *parcial* dessa ideia, e procurando destacar alguns requisitos postulados pelo próprio Marx para dar conta de uma explicação mais suficiente da “cena política” (o que exigirá, de resto, abandonar a expressão). Na parte final do artigo, proponho outra leitura desse mesmo problema, destrinchando o papel ativo do *espaço político* na constituição dos agentes políticos e na compreensão da estrutura e do modo de funcionamento do mundo político enquanto tal.

O destinatário da obra e a dicção do texto marxiano

De todos os trabalhos publicados de Marx até 1852, *O 18 brumário de Luís Bonaparte* foi o que mais se ocupou da política real. O livro inicia o ciclo farto de produção de textos sobre a matéria que aparecerão daí em diante no *New York Daily Tribune* por uma década. Esse título, ao lado de *As lutas de classe em França (1848-1850)*, de 1850, faz uma exposição pormenorizada das ações de indivíduos (Bonaparte, Barrot, Cavaignac, Changarnier, Louis Blanc, Ledru-Rollin etc.), de partidos (democrata, republicano, da ordem), de organizações (Sociedade do 10 de Dezembro), de jornais (*Journal des Débats*, *National*, *Le Pouvoir*, *Siècle* etc.), que funcionavam como unificadores e divulgadores de correntes de opinião, de grupos parlamentares (orleanistas, legitimistas, bonapartistas, republicanos, *montagnards*), dos clubes políticos e das várias tendências ideológicas em que se dividia a II República francesa. Desnecessário exaltar aqui as virtudes desses textos como crônica política ou como “análise de conjuntura” (cf. Jessop, 2002). Olhados os dois escritos marxianos dessa perspectiva, chama a atenção o tratamento atencioso dispensado ao “mundo político”. Esse lugar exige, todavia, enquanto espaço social específico, uma percepção circunstanciada de sua organização, evolução e transformação a cada conjuntura concreta. O produto líquido desse exame microscópico é, mesmo em Marx, a constatação de uma série de traços típicos do mundo político em geral – traços esses ressaltados, de resto, por qualquer analista político: as discrepâncias sociais e ideológicas entre a classe e os representantes da classe representada, a existência de grupos puramente políticos, as alianças e as oposições entre eles, o poder próprio do Estado, os interesses egoístas da burocracia, as decisões soberanas dos governantes, as escolhas eleitorais dos cidadãos, os movimentos táticos dos partidos parlamentares, as ações dos políticos profissionais – enfim, a lógica própria do universo político.

No entanto, *O 18 brumário* não é simplesmente a narração dos fatos que conduzem ao golpe de 2 de dezembro. É também, ou é antes de qualquer coisa, explicação do teatro político francês. Trata-se de uma interpretação peculiar dessa “aparência superficial” que dissimula as contradições sociais (*18 br.*, p.464). A ambição do escritor é reafirmar, por meio da análise, a “existência *comum*”, material, banal dos grupos, dos interesses, contra o “*nome*”, os títulos retumbantes e enganosos que eles adquirem na política (*18 br.*, p.450; grifos no original). Isso obriga o comentarista a acusar os rótulos que os partidos se autoconcedem, a revelar “as palavras de ordem” vazias de sentido, a despir “os figurinos” que vestem os atores (*18 br.*, p.438). O diagnóstico de Marx do “*cretinismo parlamentar*”, uma enfermidade que desde 1848 encerrava “num mundo imaginário todos aqueles que, contagiados por ela, perdiam todo bom senso, toda memória e toda compreensão do rude mundo exterior” (*18 br.*, p.503; grifos no original), deve ser tomado precisamente como uma advertência contra os males de se tomar o que parece pelo que é. E essa realidade são os negócios em última instância econômicos que agem por detrás das infinitas manobras dos políticos na cena política. Esse é, por assim dizer, o ofício prático do livro. Como se recorda, a variável independente de toda a explicação é a “luta de classes”, e o trabalho de explanação é, antes de tudo, um trabalho de *desencantamento* – ou, para recuperar a metáfora da primeira seção do livro, um esforço de desmascaramento. É preciso, entre outras coisas, superar a compreensão comum que atribui o colapso da II República ao poder voluntarista de um único indivíduo (cf. *18 br.*, p.433-434). Ao contrário, trata-se de encontrar a explicação social (ou “coletivista”, no jargão dos individualistas) dos processos histórico-sociais.

O prefácio de 1869 de *O 18 brumário* é um começo bastante adequado para introduzir a discussão desses temas todos e, em especial, o caráter mistificado e mistificador da “cena política”, pois essa introdução permite apreender, *através dos destinatários da obra*, seja a intenção explícita do autor – desatar os nós que bloqueiam o entendimento correto dessa conjuntura –, seja a razão da dicção professoral do texto.

A escrita de Marx visa sucessivamente a quatro audiências distintas. Na primeira impressão do livro, em maio de 1852, ele se dirige a um indefinido leitor contemporâneo dos acontecimentos e, especialmente, aos grupos políticos que tiveram uma participação destacada na Revolução de fevereiro de 1848 e uma atuação completamente desastrosa depois dela (retomando, assim, o tema principal de *As lutas de classe em França*). Dessas duas audiências, a mais improvável é a do público consumidor. O livro saiu pela primeira vez em alemão, em Nova York, no primeiro número de um periódico de esquerda que estampava o curioso aviso “revista publicada sem periodicidade”. E ficou praticamente desconhecido até sua terceira edição alemã, em 1885. Suas traduções para o inglês e o francês só vieram à luz na última década do século XIX. Já a partir da segunda edição

da obra, Marx tem em vista outra audiência: o público alemão e as organizações comunistas. Rose (1981) anota que a preocupação ostensiva com Napoleão III (a propósito, um dos principais assuntos dos artigos do *New York Daily Tribune*) encobriria, na verdade, a crítica tácita à política arbitrária de Frederico Guilherme IV da Prússia. A partir da reedição do livro em 1869, penso que Marx visa também, e com mais entusiasmo ainda do que visa aos outros públicos, aos publicistas e historiadores que se puseram a escrever novamente sobre o infausto episódio de dezembro de 1851. Essa é, creio eu, uma chave importante para decifrar a natureza do documento e, a partir daí, a natureza da análise política de Marx. Um dos principais problemas de interpretação desse texto está em assimilar o estilo polêmico da escritura (e sua pretensão em exibir a verdade por detrás dos panos) à estrutura e ao modo de análise propriamente dito.

No prólogo redigido em Londres em junho de 1869 para a segunda edição de *O 18 brumário*, Marx reprova a inadequação teórica e histórica da “fraseologia pedantesca, atualmente em uso, sobretudo na Alemanha”, que recorria, incorretamente, à expressão *cesarismo* para designar o regime bonapartista francês. Esse é de fato um assunto relevante, mas lido o opúsculo de Marx só a partir dessa preocupação terminológica, ele seria pouco mais do que uma investigação polêmica sobre uma nova forma de governo ocidental – o bonapartismo. Há, por outro lado, uma indicação mais explícita sobre a audiência pretendida por Marx e sobre como ele gostaria de ser lido. Na correspondência que enviou a Kugelmann em 3 de março de 1869, Marx comentou que não só haviam se renovado as condições políticas que permitiriam que seu texto voltasse à circulação na Alemanha (a crise do governo de Napoleão III). Também as condições do mercado editorial eram bastante encorajadoras para trabalhos desse gênero. Os muitos livros novos sobre o evento de 1851, entre eles o de Eugène Ténot (*La province en décembre 1851: étude historique sur le coup d'État*, de 1868), fabricados por “patifes liberais e patifes não liberais que pertenciam à oposição oficial”, atraíam cada vez mais a atenção do público leitor, pelo menos na França. Por isso, o assunto “tornou-se um negócio especulativo para os editores” (Marx, 1997, p.262).

Nesse sentido, imprimir o livro novamente em 1869 é não só a possibilidade de aproveitar a onda e faturar algum dinheiro, mas de difundir, contra os concorrentes, sua interpretação dos fatos e, através dela, seu *sistema de teoria*.² Na prática, o que sua análise fazia era revelar aquilo que a crônica oficial desconhecia, isto é, “a grande lei da marcha da História”. Essa lei ou princípio sociológico enfatizava o papel determinante das lutas entre as classes no desenvolvimento dos processos histórico-sociais e o papel determinante do econômico na configuração e no desenrolar dessas lutas. De forma análoga, os dois livros juntos – *O 18 brumário*

2 Por isso Engels fez questão de destacar, no prefácio à terceira edição de 1885 de *O 18 brumário*, que a análise materialista da vida política constituía o *leitmotiv* do texto de Marx (Engels, 1982b, p.416), ideia que retomará literalmente na introdução de 1895 de *As lutas de classe em França* (Engels, 1982a, p.189).

e *As lutas de classe em França* – permitiam revelar o modo de emprego dessa lei sociológica na explicação seja das relações entre o econômico e o político, seja das relações no interior do político. Em ambos os casos, a intenção consciente que percorre os dois escritos do começo ao fim é o esforço de desmistificação da consciência tanto de protagonistas políticos como de analistas políticos (“patifes liberais e patifes não liberais”), ambos prisioneiros, de boa ou má-fé, das aparências sociais.³ Em qualquer um desses ensaios de Marx, a falsa consciência dos protagonistas políticos é mais do que evidente e há inúmeras passagens que enfatizam exatamente essa dificuldade.⁴ Já a conversa hostil que Marx entabula com publicistas, comentaristas, historiadores e memorialistas está subentendida, o que pode bem ser um indício do seu desprezo pelos títulos lançados por esses polígrafos, mas não pela mistificação que eles produzem, ampliam e divulgam a respeito do modo de funcionamento da política capitalista. O que aparentemente unifica a empreita de Marx e dá aos dois times – de *analistas* e de *protagonistas* – o mesmo *status* de ignorantes das relações de poder e dos interesses reais bancados pelos partidos e facções parlamentares é a confusão típica, produzida tanto no domínio político como, de resto, em qualquer outro domínio social, entre a aparência e a essência das coisas. A diferença (e a pretendida superioridade) da análise de Marx estaria não em reconciliar, mas em corrigir e submeter as aparências políticas à sua essência social. Uma vez revogada essa confusão, analistas e protagonistas poderiam então enxergar a realidade política tal como ela é: uma luta entre as classes sociais. Tão só.

Se a *intenção da análise* de Marx e o *estilo da argumentação* podem ser estimados pelos destinatários preferenciais da obra, e em especial pela sua postura diante dos autores rivais, vejamos nas duas seções seguintes como o princípio “essência contra aparência” funciona na análise propriamente dita e como ele define o caráter e os limites do espaço político. De todo modo, e esse é o primeiro argumento do ensaio, é preciso separar a disposição polêmica de Marx, ou seja, sua disputa com os demais escritores políticos do período (e a briga daí derivada por impor ao público a interpretação verdadeira do mundo social, a visão desassomburada dos fatos políticos, a essência das coisas contra sua aparência superficial do universo parlamentar etc.) do *mecanismo explicativo* e das *categorias de entendimento* presentes na análise dos acontecimentos da II República.

3 Além de Victor Hugo (*Napoléon le Petit*), Proudhon (*Le Coup d'État*) e Ténoc, Marx tinha em mente Charles Delescluze (*De Paris à Cayenne*), Hippolyte Castille (*Les Massacres de Juin, 1848*), Auguste Vermorel (*Les Hommes de 1848; Les Hommes de 1851*) e Gustave Tridon (*Gironde et Girondins: la Gironde en 1869 et en 1793*), todos os títulos saídos em 1869.

4 Por exemplo: “Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, de ilusões, de modos de pensamento e de concepções filosóficas cujas expressões são infinitamente variadas. A classe inteira os cria e os molda a partir de seus fundamentos materiais e das condições sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que os adquire através da tradição e da educação, pode certamente *imaginar que eles são os verdadeiros motivos e o ponto de partida de sua conduta*” (18 br., p.464; [grifos meus]).

O grande teatro da política

Já mencionei que os escritos de Marx sobre a política francesa evidenciam o interesse dos “atores” e, deveríamos acrescentar, do palco onde transcorre toda a ação, uma vez que esse palco define não tanto o lugar dos comediantes, sempre interinos e intercambiáveis, mas o ponto de vista – irreal – da plateia.

O exemplo clássico aqui é a relação postulada pelos marxistas entre os partidos políticos e as classes sociais. A luta de organizações e visões de mundo na cena política é inteligível plenamente *se e quando* se pode conectá-la – de maneira simples ou complexa, agora ou depois – à batalha entre as classes e aos respectivos interesses de classe. Se é verdade que “na cena política, as relações de classe [estão] frequentemente ocultas pelas numerosas variáveis das relações partidárias” (Poulantzas, 1971, v.II, p.76), trata-se então de desmascarar as forças políticas (as aparências) para revelar as classes sociais e os interesses que se escondem por detrás delas (as essências). Esse preceito teórico já foi, aliás, notado por vários comentadores (*e.g.*, Lefort, 1990; Boito Jr., 2007), e essa disposição espiritual seria, de fato, o traço característico do marxismo de Marx (Geras, 1971).

A separação entre a frente e o fundo do palco, entre uma ordem de realidade “superficial e enganosa”, que deve ser superada em nome da “realidade profunda dos interesses e dos conflitos de classe” (Boito Jr., 2007, p.139), sugere que há em operação no texto de Marx um princípio de leitura e de compreensão do espaço político conforme o modelo tradicional que não apenas afasta e separa, mas que contrapõe a essência (o social) à aparência (o mundo dos acontecimentos políticos). Vejamos esse ponto mais de perto. Na seção seguinte voltarei a esse mesmo problema, mas sob outro ângulo, pois as coisas me parecem um tanto diferentes.

Essas expressões – ator, palco – não são arbitrárias. Conforme a visão consensual, o espaço político é pensado por Marx por símile ao teatro. Daí a locução, muito frequente no texto marxiano, “cena política”. O recurso de Marx tanto em *O 18 brumário* como em *As lutas de classe em França* à série de metáforas daí derivadas (tragédia, comédia, farsa, drama, máscara, personagem, costumes, camarote, plateia, galeria, coro, ato, entreato etc.), recurso esse sucessivamente retomado em todos os artigos sobre a política institucional de 1852 em diante, indica precisamente que o espaço político é o espaço de uma “representação”.

Esse vocábulo admite, todavia, muitos sentidos paralelos (ver Pitkin, 1967, p.1-13). Conforme a tradição liberal, o espaço político é o espaço por excelência da representação entendida essa como *procuração* (que o cidadão dá ao seu representante). Já nos escritos políticos de Marx não é errado dizer que representação pode ser traduzida como *encenação*. O espaço político, onde acontece o espetáculo, é percebido como um artifício enganoso com o propósito de (ou cujo resultado objetivo é) iludir o distinto público: “Assim [como] Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 travestiu-se alternadamente como República romana e como Império romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer

nada melhor do que parodiar às vezes 1789, às vezes a tradição revolucionária de 1793-1795” (*18 br.*, p.438).⁵ Há um terceiro sentido, tematizado por Gramsci, dentre outros, e discutido por Poulantzas, que torna ainda mais complexa a ideia de representação na “cena política”. Ela pode ser concebida como *expressão* e diz respeito à noção marxista usual do partido como manifestação “mais ou menos adequada” da classe (Engels, 1982a, p.190). Nesse espaço social, a relação de representação entre classe e organização política quase nunca é em linha reta. Há infinitas defasagens ou desencontros entre os interesses fundamentais das classes e sua representação partidária. É por isso que “se nos colocamos unicamente no campo da cena política a fim de denunciar as relações de classe, reduzindo essas relações unicamente às relações partidárias, somos inevitavelmente conduzidos a erros” (Poulantzas, 1971, v.II, p.73).

Essa descrição da vida política, ou mais propriamente do modo pelo qual se deve ver a vida política, não é exclusiva de *O 18 brumário*. Esse tropo tornou-se um lugar-comum nos inúmeros artigos do *New York Daily Tribune*, especialmente nas crônicas sobre Palmerston. Mas já em *As lutas de classe em França* havia essa iluminação para entender a política e seu lugar a partir de imagens cênicas. Comentando o terremoto administrativo que se seguiu à posse de Odilon Barrot como primeiro-ministro de Luís Napoleão em 20 de dezembro de 1848, Marx anota as principais consequências dessa virada para os republicanos burgueses e para a própria figuração do mundo político francês:

Imediatamente, o partido do *National* foi demitido de todos os postos importantes onde ele se havia incrustado. Delegacia de polícia, direção dos correios, procuradoria-geral, prefeitura de Paris, tudo isto foi ocupado por antigas criaturas da monarquia. Changarnier, o legitimista, recebeu o alto comando unificado da guarda nacional do departamento do Sena, da guarda móvel e das tropas mercenárias da primeira divisão do Exército; Bugeaud, o orleanista, foi nomeado comandante em chefe do Exército dos Alpes. Esta valsa de funcionários prosseguiu sem interrupção no governo [de Odilon] Barrot. O primeiro ato do seu ministério foi a restauração da velha administração real. A *cena oficial* transformou-se num abrir e fechar de olhos: cenários, guarda-roupa, linguagem, atores, figurantes, comparsas, pontos, posição dos partidos, motivos do drama, conteúdo do conflito, a situação toda. Sozinha, a pré-histórica Assembleia Constituinte permanecia ainda em seu lugar (*LCF*, p.276-277; grifos meus).

5 Conforme Redner, a palavra *representação*, “certamente a senha do texto, converteu-se metaforicamente em uma chave para todos os seus significados. Representação dramática, política, literária, científica, representação como ideia, ideologia, símbolo e sentimento, representantes parlamentares, na imprensa, representantes de classe, personagens, tipos, processos e atos representativos: sutil e maliciosamente, Marx modula o sentido de representação de um significado a outro” (Redner, 1989, p.8).

Mas por que “cena”? Tal como na montagem teatral, a noção de cena descreve aqui o proscênio, a parte da frente do palco italiano. Nós podemos chegar, por derivação, ao seu uso em sentido figurado: é o lugar onde os fatos sucedem à vista de todos. Ele se opõe à parte de trás do tablado, aos bastidores, onde só se tem acesso graças a uma autorização especial. O fundo da cena é o lugar oculto, que funciona em segredo e que é ignorado pela maioria do público. Em outras palavras, é o espaço daquilo que não é visível – ou daquilo que não se deixa ver imediatamente. Daí que a cena política nunca é totalmente transparente. Seja porque os atores políticos representam (no sentido dramático do termo: fingem), seja porque representam interesses nem sempre confessáveis, seja porque representam interesses “objetivamente”, isto é, sem o saber completamente. Por isso, nesse domínio, as disputas entre forças sociais raramente são explícitas, as estratégias perseguidas pelos partidos nunca são exatas, as declarações dos agentes políticos não podem ser tomadas literalmente e os interesses de grupo jamais aparecem como aquilo que de fato são. O caso a seguir torna mais concreta essa proposição.

Marx anota que durante a II República, sob a presidência constitucional de Luís Bonaparte, há dois tipos de incompatibilidade que constituem a história parlamentar dessa temporada. De um lado, as esperadas escaramuças que contrapõem monarquistas e republicanos. Os primeiros estão reunidos no partido da ordem (burguesa) e os segundos estão divididos entre duas correntes rivais, os republicanos “puros” (as aspas são uma ironia do autor) e os *montagnards*. De outro lado, há as hostilidades que dividem monarquistas legitimistas (partidários da casa dos Bourbons) e orleanistas (partidários da família Orléans). Olhados da planície da cena política, esses conflitos estão circunscritos àquilo que os atores dizem deles ou ao conteúdo e ao sentido que os próprios agentes imaginam e atribuem às suas ações. Nem mais, nem menos. A descrição/análise minuciosa que Marx faz dessa situação na seção III de *O 18 brumário* tem então o propósito de remeter os conflitos doutrinários dos partidos e as disputas virtuosas sobre formas de governo, extensão do sufrágio, calendários eleitorais etc. aos interesses diferentes de classes sociais diferentes, ocultas do público por aqueles rótulos políticos convenientes.

O trecho abaixo exemplifica essa natureza obscura do mundo político onde se movem os representantes da pequena e da grande burguesia francesas, e indica, em termos um tanto genéricos, a emenda para tanto.

Antes de prosseguirmos com a história parlamentar, são necessárias algumas observações a fim de evitar os enganos habituais a respeito do caráter geral dessa época. Segundo a concepção dos democratas, tanto durante o período da Assembleia nacional legislativa [1849-1851], como durante o período da [Assembleia Nacional] Constituinte [1848-1849], trata-se pura e simplesmente da luta entre republicanos e monarquistas. Eles resumiam, contudo, o movimento propriamente dito em uma palavra-chave: “reação”, noite em que todos os gatos são pardos e que lhes

permite desfiar todos os seus lugares-comuns de guarda-noturno. E, com efeito, à primeira vista o partido da ordem aparece como um conglomerado de diversas frações monarquistas, que não só intrigam-se uma contra as outras para colocar no trono seu próprio pretendente e excluir o pretendente do partido oposto, mas comungam todas o ódio comum e os ataques comuns contra a “República”. Por sua vez, a Montanha aparece, em oposição a essa conspiração monarquista, como a representante da “República”. O partido da ordem parece empenhado em uma “reação” que, tal como na Prússia, é dirigida contra a imprensa, o direito de associação etc., e que se exerce, como na Prússia, sob a forma de brutais intervenções policiais na burocracia, na gendarmaria e no judiciário. De sua parte, a *Montagne* [em francês no original] está constantemente ocupada em se esquivar desses ataques e em defender os *droits éternels de l’homme* [em francês no original], como todos os partidos supostamente populares vêm fazendo, mais ou menos, há um século e meio. Todavia, se observamos a situação mais de perto, essa aparência superficial que dissimula a *luta de classes* e a fisionomia peculiar desse período (e que é uma mina de ouro para os políticos de botequim e os republicanos bem pensantes) desaparece (18 br., p.463-464; [grifos no original]; o trecho entre chaves é da edição de 1852 e foi suprimido por Marx na edição de 1869).

As fórmulas escolhidas por Marx para assinalar a mistificação de que todos – atores e historiadores – são vítimas (“enganos habituais”, “lugares-comuns”), os verbos (“aparecer”, “parecer”), o tom professoral, a desqualificação dos personagens (“políticos de botequim”, “republicanos bem pensantes”), tudo concorre para designar o mundo onde esses grupos parlamentares se movem, e do qual suas fantasias se alimentam, como uma aparência superficial. Ela oculta, evidentemente, o essencial: a guerra entre as classes.

Uma das passagens mais sugestivas nesse sentido é a que se refere às lutas sociais durante o período da Assembleia Nacional Constituinte. Marx escreve que no tempo do “reinado” (isto é, da hegemonia política) da burguesia republicana, liderada por Cavaignac no Executivo e por Marrast na Assembleia Constituinte, enquanto essa fração burguesa “representava no proscênio seu grande drama político [no original alemão: *Haupt-und Staatsaktion*], um holocausto sem fim foi celebrado nos bastidores – as incessantes condenações pelas cortes marciais dos insurgentes de Junho [de 1848] presos, ou sua deportação sem julgamento” (*LCF*, p.265).

A nota da edição portuguesa esclarece que a expressão *Haupt-und Staatsaktion* pode ter, nesse contexto, dois significados.

Primeiro, no século XVII e na primeira metade do século XVIII, [a expressão] designava peças representadas por companhias alemãs ambulantes. As peças eram tragédias históricas, bastante informes, bombásticas e ao mesmo tempo grosseiras

e burlescas. Segundo, este termo pode designar acontecimentos políticos de primeiro plano. Foi usado nesse sentido por uma corrente da ciência histórica alemã, conhecida por “historiografia objetiva”. Leopold Ranke foi um dos seus principais representantes. Considerava *Haupt-und Staatsaktion* como o assunto principal da História (Marx, 1982, p.235).

Ao que parece, Marx confunde propositadamente ambos os sentidos para enfatizar a defasagem caricata entre o pretenso heroísmo dos “republicanos puros”, se vistos apenas a partir do primeiro plano da cena histórica, e seus verdadeiros propósitos, vulgares e mesquinhos (reprimir o proletariado de Paris e a pequena-burguesia radical), ocorridos nos bastidores e *constatáveis somente nos bastidores* – fora, portanto, das vistas dos espectadores. Conclusão esperável dessa representação metafórica do mundo político: a cena política é um espaço de práticas sociais que oculta mais do que revela ao observador, ao menos para aquele que não se preocupa em ligar todos os pontos e restituir o sentido fundamental da política.

Ora, assim compreendido, esse espaço social só pode ser descrito como uma projeção falsificada de uma intimidade que o antecede, estrutura e explica. Logo, toda a aparência “meramente política” encontrará sua razão de ser apenas se e quando revelada sua essência verdadeiramente social.

Ainda que essa linha de interpretação do texto de Marx esteja em conformidade com a intensidade polêmica impressa pelo autor à própria análise, argumentarei, na seção seguinte, sobre a impropriedade de se assimilar a metáfora da “cena política” ao mecanismo explicativo que vê a política tão só como uma encenação.

A cena política como metáfora problemática

A representação do espaço político e a disposição dos seus elementos por analogia ao mundo do teatro têm de ser complementadas pela recomendação sobre como se devem ver as relações entre os atores naquele meio, e sobre como entendê-las e explicá-las.

De fato, aquela paródia referida acima, sobre a atuação dos republicanos tricolores do *National* contra os revolucionários de 1848 a partir da proclamação do estado de sítio em Paris em 25 de junho (LCF, p.265), opera conforme todos os roteiros do gênero. Mas enquanto esses *scripts*, em nome do efeito dramático, transformam vilões em heróis, plebeus em nobres, bufões em reis, projetando para o primeiro plano apenas a caricatura farsesca e deixando em segundo plano a realidade nua e crua, Marx sugere que, no caso da política, o enredo todo *só faz sentido quando se tem uma visão geral, uma visão de conjunto, tanto da frente quanto do fundo do palco*. Nesse sentido, não se pode isolar, nem mesmo para efeitos analíticos, o interior do exterior, a forma do conteúdo.

No artigo publicado no *New York Daily Tribune*, em 21 de agosto de 1852, Marx aplica esse princípio de compreensão “totalizante” à política inglesa.

O ano de 1846 revelou em sua nudez os *substanciais interesses de classe* que são a *base real* do partido Tory. Este ano de 1846 dilacerou a venerável pele de leão, essa máscara tradicional sob a qual se escondiam até então os interesses de classe dos tories. O ano de 1846 transformou os tories em *protecionistas*. *Tory* era o nome sagrado, *protecionista*, a apelação profana; *Tory* era o grito de guerra político, *protecionista* é o grito de desespero econômico; *Tory* parecia recobrir uma ideia, um princípio, *protecionista* recobre os interesses. “Protecionistas” de quê? De suas próprias receitas, da renda da sua própria terra. Os tories são portanto, afinal de contas, tão burgueses quanto os demais burgueses, pois existe um burguês que não seja protetor da sua própria bolsa? (Lord Palmerston (1853), p.680; grifos no original).

Há ao menos três ideias sugestivas aqui: (i) “Tory” e, por extensão, todas as denominações políticas oficiais, são máscaras convenientes que disfarçam e dissimulam os interesses sociais que são o seu fundamento (sua “base real”); (ii) a natureza de classe (“burguesa”) do partido Tory deriva da relação objetiva de representação que ele estabelece com os interesses que representa (e não dos princípios abstratos que ele diz representar); e (iii) o caráter aristocrático dos tories (recrutados entre a nobreza inglesa e os grandes proprietários de terra) não se sobrepõe ao caráter mundano da sua plataforma: a defesa das *Corn Laws*. Em vez disso, está subsumido a ela. Tudo isso, porém, só se descobre (ou só se revela) *quando a análise capta no mesmo movimento o disfarce* (“a venerável pele de leão”) e *aquilo que está encoberto por ele*, isto é, os interesses da classe (a manutenção da reserva de mercado na Inglaterra para os grãos ingleses). Se isso é correto, a estrutura explicativa adapta-se mal à metáfora da “cena política”, pois essa representação exige uma divisão do espaço político entre o fundo e a frente do palco, o que implicará necessariamente um descompasso entre o momento da descrição das aparências (a crônica da política) e o momento da apreensão e explicação das essências (a sociologia marxista da política). Ainda que as categorias aparência e essência permaneçam fundamentais nesse sistema, elas não devem ser vistas como o avesso uma da outra.

Vejamos agora outro princípio analítico que eu quero destacar, sempre conforme a letra do texto, e que, devido ao entendimento defeituoso sobre como em Marx funciona na prática, a análise da política prática perde de vista.

A suposição do nosso autor segundo a qual a luta entre as duas formas de governo – monarquia e república – era, na conjuntura de 1849-1851, menos importante que a luta das “duas grandes frações da burguesia francesa” contra, respectivamente, a pequena burguesia, o proletariado de Paris e o campesinato parcelar, permite apreender, sob a mesma metáfora precária, aquele mesmo procedimento analítico que mobiliza a relação entre o palco e as coxias, a vanguarda e a retaguarda etc., *só que agora, surpreendentemente, com sinal trocado*. Às vezes, o que se passa na cena pública é até mais eloquente do que aquilo que sucede atrás da cortina.

Os monarquistas coligados alimentavam uns contra os outros intrigas pela imprensa, em Ems, em Claremont, fora do Parlamento. Nos bastidores envergavam novamente suas velhas librés orleanistas e legitimistas e retomavam velhas disputas. Mas na cena pública, em suas *Haupt-und Staatsaktion*, em suas grandes apresentações teatrais, como partido parlamentar, dispensam suas respectivas casas reais com simples medidas e adiam *in infinitum* a restauração da monarquia. Conduzem seus verdadeiros negócios como *partido da ordem*, ou seja, sob um rótulo *social*, e não sob um rótulo *político*; como representantes do mundo e da ordem burguesas, e não como paladinos errantes de princesas longínquas; como classe burguesa contra as outras classes, e não como monarquistas contra republicanos. E como partido da ordem exerciam um poder mais absoluto e severo sobre as demais classes da sociedade do que jamais haviam exercido sob a Restauração [1814-1830] ou sob a monarquia de Julho [1830-1848], uma dominação que, de maneira geral, só era possível sob a forma da república parlamentar, pois apenas sob essa forma podiam as duas grandes frações da burguesia francesa unir-se e pôr na ordem do dia o domínio de sua classe, em vez do regime de uma facção privilegiada dessa classe (18 br., p.465-466; grifos no original).

A contraposição desse trecho com aquele citado mais acima, que procurava evocar os equívocos políticos tanto da Montanha como do partido da ordem sobre seus respectivos interesses (cf. 18 br., p.463-464), permite realçar as deficiências da imagem da “cena política” – basicamente em função do tipo de explicação que ela sugere e mesmo da postura intelectual que ela demanda. A análise social pode bem lançar mão do esquema frente/fundo do palco, mas esse princípio tem quase sempre uma função retórica. O ponto fundamental, porém, é como deve funcionar o *mecanismo explicativo* recoberto pela imagem. A atuação das forças políticas no prosaetório pode ser prisioneira de uma sorte de (auto) ilusão, ou não. A forma de governo pode ser uma tralha para a dominação social, ou não. Os agentes podem enganar-se quanto aos seus propósitos reais, ou não. Mas o sentido da impostura só se revela ao observador quando se veem os dois espaços ao mesmo tempo. Isto posto, *não é mais possível entender o mundo político se se imagina que sua verdade está fora dele*. O partido da ordem, como se lê agora, não é mero disfarce político, é o índice (ou o instrumento) da dominação de classe de todas as frações da burguesia. Seus componentes sabem o *script* para se comportar diante da plateia, seja na “cena pública”, seja fora dela (“Nos bastidores envergavam novamente suas velhas librés orleanistas e legitimistas e retomavam velhas disputas”). Eles têm plena consciência dos seus “verdadeiros negócios” etc.

Outro exemplo pode ajudar a esclarecer o argumento: o comentário desenhado de Marx sobre o episódio da formação de um dos gabinetes do governo bonapartista na República constitucional (descrito como “a queda do ministério da coalizão e o advento do ministério dos balconistas” – LCF, p.309) indica

precisamente que a imagem “primeiro plano *versus* fundo da cena” – se pensarmos que esses dois lugares se contrapõem ou que o segundo contém a verdade do primeiro – não é a maneira mais adequada para entendermos o que se passa no mundo político. Sobre a nomeação do banqueiro Achille Fould, o símbolo máximo da presença no gabinete da aristocracia financeira, Marx escreve:

Louis-Philippe nunca tinha ousado fazer de um verdadeiro *loup-cervier* [lobo da Bolsa] um ministro das Finanças. Sendo a sua monarquia [1830-1848] o nome ideal para o domínio da alta burguesia, os interesses privilegiados deviam, nos seus ministérios, usar nomes [políticos] ideologicamente desinteressados. Em todos os lugares, *a República burguesa trouxe para o primeiro plano aquilo que as diferentes monarquias*, tanto a legitimista como a orleanista, *mantinham escondido no fundo da cena*. Ela trouxe de volta à terra aquilo que outros haviam mandado às nuvens. No lugar dos nomes dos santos, ela colocou os nomes próprios burgueses dos interesses da classe dominante (*LCF*, p.310; grifos meus).

O período da “ditadura parlamentar do partido da ordem” (*18 br.*, p.525) e que corresponde, na periodização de Marx, ao intervalo entre o 13 de junho de 1849 e o 31 de maio de 1850, foi o período em que o conteúdo (burguês) da dominação pôde prescindir da forma política (monárquica), em que a realidade dos interesses de classe, simbolizados pelos “nomes próprios burgueses”, puderam assumir seu lugar de direito na cena política, em que os negócios antes “escondidos no fundo da cena” foram projetados para “o primeiro plano”, para a ribalta. Enfim, *foi o período em que a essência projetou-se na aparência, exibindo-se como tal*.

Se essa interpretação dos acontecimentos faz sentido (se ela é empiricamente correta, ou seja, se ela está de acordo com os fatos históricos da política francesa, é outra história), como integrá-la nesse sistema teórico e, principalmente, como compatibilizá-la com o mecanismo explicativo exigido pela problemática metáfora da “cena política”? Só assumindo que “o primeiro plano” pode vir a ter seu papel na explicação – e, no caso, um papel fundamental. Logo, isso parece indicar que a “cena política” e as instituições que a compõem não funcionam só como um lugar de mascaramento dos interesses de classe, *mas como um lugar ao mesmo tempo de desvelamento*. É o que a interpretação de Marx dos resultados das eleições legislativas de março de 1849 indica:

Se o sufrágio universal não era essa milagrosa varinha mágica pela qual aqueles dignos republicanos a haviam tomado, ele tinha o mérito infinitamente maior de liberar a luta de classes, de permitir às diversas camadas médias da sociedade burguesa superar rapidamente suas ilusões e suas decepções, de projetar de um golpe todas as frações da classe exploradora para o topo do Estado e de assim arrancar-lhe

sua enganadora máscara, enquanto a monarquia, com seu sistema censitário, fazia com que apenas determinadas frações da burguesia se comprometessem [com a tarefa política da dominação social], deixando as outras [frações] escondidas nos bastidores, envolvendo-as com a auréola da oposição comum (LCF, p.257).

A lógica própria do mundo político pode, em função do papel específico de instituições específicas, e do sentido peculiar que essas instituições adquirem em certos contextos históricos, esclarecer, mesmo para os agentes implicados nesse mundo, os princípios genuínos do seu funcionamento: é o caso, aqui, do “sufrágio universal”. Donde se conclui que a cena oficial pode ser o lugar por excelência de manifestação (“institucional”) da luta política de classes – e não uma simples aparência que encobre a realidade essencial.

Voltarei a essa ideia logo adiante, na seção seguinte. Por ora quero sublinhar – e essa é a tese central do ensaio – que a via mais problemática para superar a mera descrição dos acontecimentos em nome da explicação dos processos é ter presente a noção de “cena política” como uma projeção ilusória, falseada, corrompida daquilo que se passa por detrás do teatro político. Parece demasiada, em razão dos três princípios de análise que procurei salientar, a interpretação que vê, em Marx, a política institucional como “uma realidade superficial, enganosa, que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade profunda dos interesses e dos conflitos de classes” (Boito Jr., 2007, p.129). A estratégia intelectual marxiana é, penso, um tanto diferente dessa. É isso que tentarei demonstrar na próxima seção analisando preferencialmente o texto *As lutas de classe em França*.

A forma-política e as funções do espaço político

Na introdução do ensaio sugeri de passagem, com base na analogia entre forma-mercadoria e forma-política, que a cena pública é, para Marx, um espaço social onde a aparência (aquilo que está à vista de todos) produz efeitos socialmente eficazes, repercutindo, de maneira decisiva, sobre as práticas políticas de classe. Isso quer indicar que o espaço político não é apenas um “lugar” imaginário, uma “arena”, um cenário onde transcorre a ação – isto é, o palco das lutas entre forças puramente políticas. O espaço político pode funcionar como um *mecanismo de mediação* entre a estrutura política e a estrutura econômica. Ele tem, em Marx, um papel ativo na preparação dos papéis e na movimentação dos atores, e sua competência é muito maior (e muito diferente) do que apenas ocultar interesses de classe, ainda que também deva fazê-lo.

A função de mediação entre o nível econômico e o nível jurídico-político parece se realizar, tomando o caso francês como o exemplo característico da política capitalista, de cinco modos combinados. Teríamos, assim, cinco “funções” típicas do espaço político distribuídas em quatro categorias: a sua função social, a sua função política, a sua função simbólica e a na função ideológica.

(i) *O espaço político é o lugar de expressão refratada dos interesses sociais.*

O espaço social onde a prática política tem lugar – a luta pelo poder de governar, a competição política legal, a primazia para legislar, a autoridade para discursar etc. – não reflete fatalmente o espaço social da luta de classes, ainda que aquele não possa ser, para Marx, indiferente a esse, evidentemente. É por isso que, na análise política, não se pode estabelecer ponto a ponto a correspondência entre partido político e classe social, nem se deve fazê-lo a qualquer custo.⁶ Sob o capitalismo, essa anáclase, que ocorre quando os interesses sociais passam de um meio a outro, é uma das condições tanto da dominação ideológica – pois as facções políticas adquirem a faculdade alegórica de representarem “a sociedade como um todo” – quanto da eficácia política do discurso político (o “interesse geral” etc.). Essa refração é por assim dizer a *função social* da “cena política”. De toda forma, há exceções e a tradução das pretensões das classes em ações políticas efetivas de um espaço a outro pode ser direta: “Se o 23 de junho de 1848 foi a insurreição do proletariado revolucionário, o 13 de junho de 1849 foi a dos pequeno-burgueses democráticos, cada uma dessas duas insurreições sendo a *pura* expressão *clássica* da classe que havia sido o seu suporte” (*LCF*, p.301; [grifos no original]).

Por outro lado, essa capacidade de refração, *propriedade fundamental do mundo político*, pode produzir uma fratura na relação de representação e criar um grupo puramente político no sentido genuíno do termo, isto é, sem conexões sociais de classe. Essa fratura se deve às exigências específicas do espaço político, às suas regras próprias e aos seus movimentos característicos. Não deve, portanto, surpreender que as análises de Marx designem partidos sem base social, políticos que representam a si mesmos, ações legislativas compreendidas em função de seus próprios meios e fins etc. Tanto é assim que “os bonapartistas [...] não constituíam uma fração importante da classe dominante, mas antes uma coleção de velhos inválidos supersticiosos e de jovens cavaleiros da indústria hereges” (*LCF*, p.291). Mas o caso clássico aqui é o dos republicanos da velha guarda. Marx assegura que a certa altura do enredo, os representantes tricolores da burguesia francesa passam da posição de “partido” de classe à posição de “camarilha” política (*LCF*, p.272). Isto é, passam a agir em nome próprio e em defesa do seu próprio poder legislativo – e não conforme o mandato de um grupo social determinado. Quando, entre fins de 1848 e o início de 1849, o ministério Barrot decretou sua completa irrelevância para garantir o domínio social da burguesia francesa, eles

6 Poulantzas chama a atenção para a dupla confusão da Ciência Política que ou “reduz as relações de classe às relações entre os partidos” políticos (corrente liberal ou pluralista), ou reduz “as relações entre partidos às relações de classe” (certo marxismo). Na realidade, “a cena política, como campo particular de ação dos partidos políticos, encontra-se frequentemente *defasada* em relação às práticas políticas e ao terreno dos interesses políticos das classes, representadas pelos partidos na cena política” (Poulantzas, 1971, v.II, p.76 e 72, respectivamente; grifo meu).

passaram à ofensiva e travaram uma batalha contra Bonaparte pela permanência das prerrogativas da Assembleia Constituinte (onde reinavam soberanos). Uma vez derrotados, nas movimentações que se seguiram à agitação da campanha eleitoral de março de 1849 em diante, “Os republicanos burgueses do *National* não representavam [mais] uma fração importante da sua classe no que diz respeito a seus fundamentos econômicos” (*LCF*, p.290). A lista de exemplos poderia continuar e deveria incluir também o caso do divórcio, a partir do segundo semestre de 1851, entre a aristocracia financeira e o partido da ordem (ver *18 br.*, p.513).

Isso nos permite propor uma segunda ideia.

(ii) *O espaço político é o lugar de constituição de tal ou qual grupo socioeconômico (classes, frações, camadas) enquanto grupo especificamente político.*

A peculiaridade aqui é que esse espaço social tem, *em função da autonomia característica do mundo político*, a faculdade de constituir a classe social em agente político.⁷ Essa é a *função política* da “cena política”.

O espaço político permite (ou melhor, viabiliza) que os monarquistas das duas casas concorrentes se unifiquem no “partido da ordem”, alçando os interesses característicos da grande propriedade fundiária, da alta finança e da classe industrial em um nível específico: o nível propriamente político (*LCF*, p.289). Por seu turno, esses interesses serão tanto mais bem-sucedidos quanto mais conseguirem apoderar-se dos principais aparelhos políticos. Exagerando o argumento, pode-se alegar que a hegemonia política da burguesia francesa tinha uma data para começar. Marx vai observar que é a partir do 13 de junho de 1849 – dia do levante fracassado da *Montagne* a favor da Constituição e contra a campanha na Itália – que “a Assembleia Nacional torna-se apenas um *Comitê de salvação pública do partido da ordem*” (*LCF*, p.302; grifos no original). É daí que esse partido vai retirar o seu poder governamental. Assim, *a classe passa a existir no terreno político*, como “força social” autônoma (Poulantzas, 1971), *através do terreno político*.

Outra classe, outro exemplo: liderada por Ledru-Rollin, é no espaço político que a pequena burguesia de Paris se vê devidamente traduzida, e portanto constituída como tal, pelo partido socialdemocrático. A frase “a pequena burguesia democrática e o seu representante parlamentar, a *Montagne*” (*LCF*, p.274), pode ser lida enfatizando tanto a *classe* que o grupo político deve representar, conforme a percepção tradicional, quanto o próprio *grupo político*, que assume para si a defesa dos interesses da classe. Ele é, portanto, a condição social para que a classe viva politicamente. Por sua vez, o sucesso político dessa classe vai depender do sucesso da estratégia política adotada por seus representantes legislativos. Em meados de 1849, imagina Marx, “Se a *Montagne* tivesse êxito numa insurreição

⁷ Para a inspiração original dessa ideia, ver Boito Jr., 2007, p.144-148.

parlamentar, o leme do Estado [i.e., o governo] cairia imediatamente em suas mãos” (*LCF*, p.298).

Há, igualmente, outra função política do espaço político.

(iii) *O espaço político é o lugar de recombinação de tais ou quais grupos políticos em função da dinâmica própria do processo político.*

O mundo político vive, na prática, de acordos “estratégicos”, de alianças “táticas”, de entendimentos “pragmáticos”, isto é, de arranjos possíveis em nome da conquista e/ou do exercício do poder de mandar. Da mesma maneira, ele vive das dissensões pessoais, das rivalidades de grupo, da ventriloquia de intelectuais, da concorrência entre as lideranças, da oposição de valores, das disputas cabeçadas pelo mesmo poder de mandar. São justamente aquelas combinações que mantêm – conforme se acredita – esse conflito dentro de limites “normais”.

O procedimento interpretativo que eu quero relevar aqui é um tanto diferente e não versa sobre as decisões mais ou menos conscientes dos agentes para manter esse mundo em bons termos, mas sobre a lógica objetiva desse mundo ao qual eles estão submetidos. Em Marx, a ribalta oficial é regida pela luta de classes e a lógica que conduz esse universo está, *em última instância*, a serviço da realização dos interesses sociais dominantes. Entretanto, as combinações e recombinações entre os grupos políticos profissionais, sua proximidade ou afastamento, enfim, a trama do processo político propriamente dito, obedece às regras, ao *timing*, ao jogo de interesses característico do espaço político (que leva em conta “o ciúme mesquinho, o ressentimento, as críticas maldosas” (*LCF*, p.337)). Mesmo quando os negócios econômicos determinam objetivamente as posições sociais e as opções políticas correspondentes dos atores, o que parece contar, *em primeiro lugar*, para formar suas disposições são as visões de mundo, “os espíritos do passado, os nomes, os trajes, as frases, os gritos de guerra” (cf. *18 br.*, p.438). É o caso da diferença entre legitimistas e orleanistas em torno do direito de sucessão das suas respectivas casas reais. Essas rixas não podem ser menosprezadas em nome das diferenças entre a propriedade tradicional e os interesses capitalistas. Mesmo porque, lembre-se, elas foram convertidas, a partir de fevereiro de 1852, “em grandes fatos políticos que o partido da ordem representava na cena pública, em vez de encená-los, como havia feito até então, no teatro amador” (*18 br.*, p.509).

A revisão da Constituição, porém, não significava apenas o domínio da burguesia ou da democracia pequeno-burguesa, democracia ou anarquia proletária, república parlamentar ou Bonaparte, ela significava também Orléans ou Bourbon! Assim, brotava em pleno Parlamento o pomo da discórdia que iria inflamar abertamente o conflito de interesses que dividia o partido da ordem em facções inimigas. O partido da ordem era um combinado de substâncias sociais heterogêneas. A questão da revisão gerou uma temperatura política na qual ele voltou a se decompor em seus elementos primitivos (*18 br.*, p.506).

Os interesses das duas famílias da nobreza francesa se excluía mutuamente, seja porque “Orléans ou Bourbon” eram nomes que bancavam, respectivamente, os aristocratas da grande propriedade fundiária e a indústria capitalista (as duas principais frações nas quais se repartia a burguesia francesa), seja porque “Orléans ou Bourbon” eram, afinal, *ou* Orléans, *ou* Bourbon: conforme suas respectivas pretensões, só uma casa real deveria governar. A solução para instituir definitivamente o “governo comum” (18 br., p.508) das duas facções políticas (ou das duas frações burguesas, *pois aqui dá no mesmo*), recombinao e fundindo os elementos componentes do partido da ordem, eles mesmos a partir de então subdivididos em “grupos específicos e antagonismos independentes” (18 br., p.511), foi a ditadura pessoal do segundo Bonaparte. Sua química consistiu em fazer desaparecer as diferenças políticas fazendo desaparecer o próprio partido da ordem (v. 18 br., p.525). Uma solução política conforme a dinâmica do processo político, portanto.

(iv) *O espaço político é o lugar de tradução dos interesses sociais numa linguagem política.*

Em Marx a política não é certamente uma “linguagem”. Todavia, ela exige, produz e impõe, para o seu funcionamento adequado, uma linguagem própria. Sua eficácia é tanto maior quanto mais o simbolismo característico de cada situação, de cada evento importante consegue traduzir o espírito, o clima da época – *e manter em segredo os interesses materiais que definem em último caso o seu conteúdo*. Justamente por isso o espaço político funciona por conotação:

Lamartine [como chefe do] Governo provisório; isso não representava à primeira vista nenhum interesse real, nenhuma classe bem definida, era a própria revolução de Fevereiro [de 1848], a insurreição geral acompanhada das suas ilusões, da sua poesia, do seu conteúdo imaginário e da sua retórica. De resto, tanto por sua posição como por suas opiniões, o porta-voz da revolução de Fevereiro pertencia à *burguesia* (LCF, p.243; grifos no original).

O governo provisório que despontou das barricadas de Fevereiro e da vitória sobre a monarquia de Louis-Philippe era um governo de compromisso entre as diferentes classes. De acordo com Marx, a pequena-burguesia republicana estava representada na figura de Ledru-Rollin; a burguesia republicana por Cavaignac; os legitimistas por Crémieux, e a classe operária tinha, por sua vez, Louis Blanc e Albert (LCF, p.243). Todavia, era na figura de Lamartine, aquele que era *ao mesmo tempo* o ministro dos Negócios Estrangeiros e o autor das *Méditations poétiques*, isto é, o poeta-símbolo do romantismo literário francês, que a revolução política encontrou o seu encanto e a sua expressão. Que ele fosse, na realidade, um liberal moderado, avesso às reformas sociais, e um adversário da substituição da tricolor pelo “*drapeau rouge*” contava menos, em termos simbólicos, do que as confianças

políticas divulgadas em seus livros: a fé no progresso, a simpatia pelas revoluções (uma das formas de realização da vontade divina), a paz dos povos, o voto universal. Exatamente aquilo com que os revolucionários de 1848 sonhavam.

A necessidade dos agentes sociais em traduzir, em nome da legitimidade dos seus interesses e da validade universal dos seus propósitos, fatos e feitos num imaginário idealizado, é justamente o primeiro tema de *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (ver *18 br.*, p.437-440). O efeito prático dos ideais, das paixões e das ilusões codificadas sobre a prática política pode ser estimado pelo uso que os heróis (ou os comediantes) do presente têm de fazer dos heróis do passado. E essa linguagem é tanto melhor se for alugada, o que aumenta seu poder sugestivo: “Camille Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, os heróis, assim como os partidos e as massas da velha Revolução Francesa, desempenharam em trajes romanos e com frases romanas a tarefa de sua época: libertar e instaurar a sociedade *burguesa* moderna” (*18 br.*, p.438; [grifos no original]).

Assim como não existe poder sem ideologia, não existe política sem um vocabulário político que dê sentido às práticas dos agentes sociais. Portanto, mesmo “A revolução social do século XIX” deve retirar sua “poesia” de algum lugar, na expectativa de que seu “conteúdo” social “ultrapasse sua retórica” (*18 br.*, p.440). Essa é a *função simbólica* do espaço político. O que nos conduz à quinta função do espaço político.

(v) *O espaço político é o lugar de expressão/ocultação dos interesses sociais.*

No espaço político, as guerras pelo poder parecem ser, principalmente para os seus protagonistas, tão somente um conflito político entre forças rivais, sem conexão com a luta em torno dos negócios econômicos das classes. Conforme o marxismo de Marx, isso de fato pode ocorrer, como procurei explicar até aqui. Todavia, a análise social não estará completa se não se puder demonstrar em que termos, ou em que medida, *agentes políticos* (indivíduos, partidos, facções parlamentares, grupos de interesse, jornais, clubes políticos etc.) *exprimem interesses de classe enquanto exprimem seus próprios interesses*. Essa conexão mais ou menos obrigatória, postulada pelo marxismo clássico, é especialmente complexa e isso pelo menos por três razões: (i) forças políticas podem espelhar interesses sociais mesmo sem o saber ou sem o querer; (ii) interesses econômico-sociais nem sempre conseguem encontrar forças políticas inteiramente fiéis aos seus propósitos ou esculpidas segundo sua imagem e semelhança, e (iii) o modo mais racional e mais eficiente (ou “legítimo”) de forças políticas exprimirem interesses sociais no espaço político é justamente escondendo essa relação de correspondência. Essa dissimulação não é intencional (ou não precisa ser intencional), uma vez que o espaço político capitalista é ao mesmo tempo o lugar de *manifestação/realização* dos interesses sociais e o lugar de *dissimulação/falsificação* da natureza particular desses interesses.

Antes de ilustrar essa ideia, que pretende sintetizar todo o argumento do ensaio, vejamos em que termos Marx pensou o espaço político como um mecanismo de expressão e de ocultação dos interesses sociais de classe.

Nos textos históricos, a relação entre a *realidade política* e a *representação científica da realidade política* se realiza de maneira complicada. Isso porque a *função ideológica* da “cena oficial”, da qual tratarei a seguir, é inseparável da sua função simbólica, o que multiplica o seu caráter “fetichista”. Conforme Rouanet, o fetichismo, tal como analisado por Marx na seção 4 do capítulo I de *O capital* (Marx, 1983, esp. p.70-73), designa “não [...] o movimento pelo qual as relações entre os homens assumem a forma de uma relação entre coisas, mas o processo pelo qual as relações sociais se projetam numa forma aparente, [...] a forma-mercadoria”, que as torna invisíveis (Rouanet, 1985, p.91; grifos no original). Essa *aparência* não é contingente, mas necessária para o funcionamento de todo o sistema. A forma-mercadoria é o veículo que viabiliza, reificando, as relações econômicas capitalistas (a produção, a troca etc.), e que ao mesmo tempo mistifica e esconde a sua essência social (a exploração). “A falsa consciência” sobre o mundo econômico “é assim a percepção exata do real fetichizado” (Rouanet, 1985, p.103). Logo, a equação “verdadeiro versus falso” tem aqui outra gramática.

É possível sustentar que o *espaço político* funciona – nas formações sociais capitalistas – segundo a mesma lógica incorporada na forma-mercadoria. Poder-se-ia falar, então, numa *forma-política*. A sugestão aqui é que essa forma-política teria, por analogia, os mesmos predicados da forma-mercadoria. Isso desloca, portanto, o sentido latente que a expressão “cena política” traz consigo (um exterior “falso” contra um interior “verdadeiro”), e repõe, em outro sentido e conforme outra regra, a relação essência e aparência.

Há inúmeros exemplos nos textos políticos de Marx da *função ideológica* da política, “ideológica” significando aqui a consciência ao mesmo tempo falsa e possível das relações sociais reais. Provavelmente o mais conhecido dentre todos é o caso da relação entre o campesinato parcelar e o presidente Luís Napoleão Bonaparte (ver *18 br.*, p.532). Essa figura é, aliás, ilustrativa daquelas três possibilidades que referi mais acima sobre a conexão entre facções políticas e interesses de classe.

Marx anota que Bonaparte foi eleito em 10 de dezembro de 1848 com seis milhões de votos, derrotando Cavaignac, Ledru-Rollin, Raspail, Lamartine etc., e a maior parte desses votos veio dos camponeses, “a classe mais numerosa da sociedade francesa” (*18 br.*, p.533). Foi assim e por esse meio que essa classe fez sua entrada no espaço político. Com um detalhe: “para os camponeses, Napoleão não era uma pessoa [real], mas um programa” político, um símbolo. Era como se eles dissessem para as demais forças sociais: “basta de impostos, abaixo os ricos, abaixo a República, viva o Imperador”. Isso porque “Napoleão”, o nome que esse aventureiro carregava, era o mesmo nome do “único homem que havia defendido plenamente os interesses e os sonhos da classe camponesa recém-criada em

1789” (*LCF*, p.273). De acordo com esse juízo, os camponeses, ao elegerem essa alternativa, ocultavam-se atrás da figura mítica do verdadeiro Bonaparte, depositando seus sufrágios na figura desse pseudo-Bonaparte, que deveria representá-los ideologicamente; e esse pseudo-Bonaparte ocultava, por sua vez, o fato de que ele mesmo não representava de fato os interesses reais dos camponeses, mas seus próprios propósitos políticos (tornar-se um ditador através de um golpe de Estado) e, por tabela, os desígnios políticos “objetivos” da sociedade francesa. Ele deveria, através dessa ditadura, garantir “a ordem civil” (isto é, a ordem burguesa; *18 br.*, p.540) numa conjuntura em que nenhuma das frações dominantes – a fidalguia financeira, a burguesia industrial e a aristocracia da terra – haviam conseguido encontrar, através de seus representantes parlamentares, uma solução constitucional. Esse jogo de espelhos é bastante complexo e é feito de uma comédia de enganos e autoenganos. As forças sociais nunca estão onde deveriam e as forças políticas nunca são aquilo que parecem. Os interesses reais das classes parecem então só se realizar, no espaço político, de maneira equivocada. O “formidável partido da ordem”, escreve Marx, dividido em suas disputas dinásticas, “viu-se obrigado, para sua vergonha”, à medida que evoluíam os acontecimentos políticos entre 1850-1851, “a levar a sério o pseudo-Bonaparte, esse personagem ridículo e ordinário que lhe causa horror” em nome da tranquilidade social (*LCF*, p.341). Sua representação política era, portanto, o oposto do que gostariam seus homens políticos e de letras, mas o possível em face do que exigiam “objetivamente” as classes que estavam na origem do partido da ordem. Do seu lado, “essa figura sórdida se iludia sobre as causas que [...] lhe conferiam o caráter de homem indispensável” da política francesa: Bonaparte “supunha”, dirá Marx, que sua centralidade e importância para o país se “deviam exclusivamente ao poder mágico do seu nome e à caricatura que ele constantemente oferecia de Napoleão” (*LCF*, p.341), e não ao inevitável reforço do Poder Executivo diante do Poder Legislativo, exigência objetiva desse momento de crise política e social. Já os pequenos proprietários rurais, em função da sua situação social, exigiam, em nome dos seus interesses, “um poder governamental ilimitado” que os “protegesse contra as outras classes”, e especialmente contra a exploração econômica através do sistema de hipotecas. O resultado histórico disso foi um Poder Executivo com o poder de submeter ao seu domínio a sociedade inteira (*18 br.*, p.533). Essa era, todavia, uma demanda que não atendia objetivamente aos interesses objetivos do campesinato parcelar. Tanto é que Luís Bonaparte não revogou os impostos que pesavam sobre a pequena propriedade e, principalmente, no aniversário da sua proclamação como presidente da República, em 20 de dezembro de 1849, “decretou a *restauração do imposto sobre o vinho*” (*LCF*, p.314; grifos no original). Esse imposto, argumenta Marx, era o imposto que arruinava e mantinha na miséria a massa dos pequenos proprietários da França.

Nesse contexto, poderíamos dizer então dos interesses econômicos das classes, que o seu espaço de aparecimento (o seu “teatro”, para manter a metáfora)

é igualmente o espaço do seu desaparecimento – ou mais propriamente, do seu aparecimento sob uma forma reificada (partidos políticos sem base social, políticos que representam a si mesmos, ações legislativas compreendidas em função de seus próprios meios e fins etc.). Logo, a condição para que os interesses econômicos das classes existam politicamente é que eles sejam invisíveis: isto é, que eles encontrem um símbolo viável no espaço político que os escamoteie. Todavia, uma vez que os interesses sociais assumem uma forma-política no espaço político, eles passam a existir e a agir conforme os princípios e a lógica desse espaço.

Se isso é minimamente correto, então as análises políticas do mundo político (das suas forças características, dos seus personagens, dos seus discursos) não são tão desprovidas de interesse assim. Com a condição de, com toda a prudência devida, e com toda a consciência dessa série de operações realizadas pelo espaço político, reatar os barbantes que ligam agentes políticos a classes sociais. Se e quando essa operação for possível.

Referências bibliográficas

- ALMOND, Gabriel A.; POWELL JR., G. *Bingham Comparative Politics: A Developmental Approach*. Boston: Little Brown, 1966.
- BOITO JR., Armando. Cena política e interesses de classe na sociedade capitalista: a análise de Marx. In: _____. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presser Universitaires de Lyon, 2000.
- EASTON, David. *A Systems Analysis of Political Life*. New York: John Wiley & Sons, 1965.
- ENGELS, Friedrich. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895. In: MARX, Karl. *As lutas de classe em França de 1848 a 1850*. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1982a.
- _____. Prefácio de Friedrich Engels à terceira edição alemã de 1885. In: MARX, Karl. *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1982b.
- GERAS, Norman. Essence and Appearance: Aspects of Fetishism in Marx's 'Capital'. *New Left Review*, London, n.65, jan.-fev. 1971, p.69-85.
- HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press, 1989.
- JESSOP, Bob. The Political Scene and the Politics of Representation: Periodising Class Struggle and the State in *The Eighteenth Brumaire*. In: COWLING, M.; MARTIN, James (eds.). *Marx's Eighteenth Brumaire: (Post)modern Interpretations*. London: Pluto Press, 2002.
- LEFORT, Claude. Marx: de uma visão de história a outra. In: _____. *As formas da História*. Ensaios de Antropologia Política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MARX, Karl. *As lutas de classe em França de 1848 a 1850*. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1982.
- _____. Carta a L. Kugelmann de 3 mar. 1869. In: _____. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- MARX, Karl. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. In: _____. *Œuvres*. v.IV, tomo I: Politique. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *Les luttes de classes en France (1848 à 1850)*. In: _____. *Œuvres*. v.IV, tomo I: Politique. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *Lord Palmerston (1853)*. In: _____. *Œuvres*. V.IV, tomo I: Politique. Paris: Gallimard, 1994
- _____. *O capital: crítica da economia política*. v.I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PITKIN, Hanna F. *The Concept of Representation*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1967.
- POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1971. 2v.
- REDNER, Harry. Representation in *The Eighteenth Brumaire* of Karl Marx. *Manuscrito*, v.XXII, 1989, p.7-37.
- ROSE, Margaret A. The Holy Cloak of Criticism: Structuralism and Marx's *Eighteenth Brumaire*. *Thesis Eleven*, v.II, 1981, p.79-97.
- ROUANET, Sergio Paulo. *A razão cativa*. As ilusões da consciência: de Platão a Freud. São Paulo: Brasiliense, 1985.